



CONTRATO N. 2015/105.1

Ao(s) dia(s) do mês de de dois mil e dezesseis, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor ROMULO DE SOUSA MESQUITA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA., situada na Rua Joaquim Costa, 270, Agronômica, Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob o n. 78.533.312/0001-58, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Procurador, o senhor JOSE GERALDO GONÇALVES, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília - DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo, em conformidade com o processo sob referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 102/15, doravante denominado EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

a) formalização do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para fins de elevação da Taxa de Administração, que passa de 23,63% para 27,44%, em virtude do incremento de 2% para 4% da alíquota da contribuição incidente sobre a receita bruta da CONTRATADA, com efeitos a contar de 1º/12/15, com amparo no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

- b) formalização da repactuação do valor contratual, tendo em vista o reajuste salarial de 8,5%, em virtude de Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre os sindicatos representativos das categorias profissionais, com efeitos financeiros a partir de 1º/7/15.

O contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2015/105.1, passa a vigorar com a redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO QUADRO DE PESSOAL E DOS SALÁRIOS**

A CONTRATADA deverá alocar, para a prestação dos serviços objeto da presente contratação, quadro de pessoal que obrigatoriamente atenda às exigências editalícias, com, pelo menos, o seguinte quantitativo e salários, por categoria:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT. <u>mínima</u></b>	<b>SALÁRIO DE <u>NO MÍNIMO</u></b>
Gerente-Geral de Manutenção	1	R\$ 9.221,79
Técnico Especialista – Área de Eletrônica Geral	3	R\$ 5.451,11
Técnico Especialista – Área de Telefonia	1	R\$ 5.451,11
Técnico em Eletrônica	17	R\$ 4.389,94
Auxiliar Técnico em Eletrônica	10	R\$ 1.639,35
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>-</b>

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA estará obrigada a creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, que deverão ser de agências localizadas em Brasília-DF, até o quinto dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário.

Parágrafo segundo – Todo o acréscimo salarial devido ao empregado será calculado sobre o salário do mês a que se referir e discriminado em folha de pagamento.

Parágrafo terceiro – Possíveis reajustes aos salários fixados deverão obedecer à política salarial vigente das categorias, sendo que as entidades de classe consideradas pela CONTRATANTE como legítimas representantes da categoria profissional são o Sindicato Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos e Eletrônicos do DF, GO e TO (STIMMME-DF, GO, TO) e o Sindicato das Indústrias de Reparação ou Manutenção de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Industriais, Elétricos e Eletrônicos do Distrito Federal (SINDELETRO).



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo quarto – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer, até o 5º dia útil do mês em referência, auxílio-alimentação, cujo valor está fixado em R\$ 24,31 (vinte e quatro reais e trinta e um centavos) por dia, correspondente a 22 (vinte e dois) dias por mês.

Parágrafo quinto – O valor do auxílio-alimentação deverá ser integralmente repassado aos empregados.

Parágrafo sexto – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer, se for o caso, até o 5º dia útil do mês em referência, auxílio-transporte de sorte a assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência, correspondente a 22 (vinte e dois) dias por mês.

Parágrafo sétimo – Fica a critério da CONTRATADA, proceder às deduções legalmente permitidas na concessão do auxílio-transporte.

”

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

O preço total do presente Contrato é de R\$ 3.139.647,75 (três milhões, cento e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos), a ser pago em parcelas, de acordo com a seguinte composição mensal (itens 1 a 7 abaixo), conforme período discriminado:

#### **a) De 01.07.15 a 30.11.15**

##### **MONTANTE “A”**

1. Salários .....	R\$122.048,71
2. Encargos Sociais (38,65%).....	R\$ 47.171,83
3. Subtotal Montante "A" (2 + 3).....	R\$169.220,54

##### **MONTANTE “B”**

4. Custos Adicionais.....	R\$	24.974,29
- Auxílio alimentação.....	R\$	17.114,24
- Auxílio transporte .....	R\$	1.117,39
- Uniforme .....	R\$	3.326,13
- Seguro de Vida.....	R\$	480,00
- Equipamento de Segurança do Trabalho ..	R\$	1.509,43
- Ferramentas .....	R\$	897,67
- Equipamentos para comunicação.....	R\$	14,63
- Plano da operadora de telefonia móvel .....	R\$	514,80

5. Subtotal Montante "A" + Montante "B" (3 + 4) .....	R\$	194.194,83
6. Taxa de Administração (23,63%) .....	R\$	45.888,24

**7. PREÇO BÁSICO MENSAL (5 + 6) ..... R\$ 240.083,07**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**8. Despesas com 13º salário ..... R\$ 75.190,08**  
[Salários (5/12) + 16,02% + T. Adm]

**9. TOTAL DO PERÍODO ..... R\$ 1.275.605,43**  
[item 7 X 5 + item 8]

**b) De 01.12.15 a 30.06.16 – Considerando Lei nº 13.161/15**

**MONTANTE “A”**

1. Salários ..... R\$ 122.048,71  
2. Encargos Sociais (38,65%) ..... R\$ 47.171,83  
3. Subtotal Montante "A" (2 + 3) ..... R\$ 169.220,54

**MONTANTE “B”**

4. Custos Adicionais ..... R\$ 24.974,29  
- Auxílio alimentação ..... R\$ 17.114,24  
- Auxílio transporte ..... R\$ 1.117,39  
- Uniforme ..... R\$ 3.326,13  
- Seguro de Vida ..... R\$ 480,00  
- Equipamento de Segurança do Trabalho .. R\$ 1.509,43  
- Ferramentas ..... R\$ 897,67  
- Equipamentos para comunicação ..... R\$ 14,63  
- Plano da operadora de telefonia móvel .... R\$ 514,80  
  
5. Subtotal Montante "A" + Montante "B" (3 + 4) ..... R\$ 194.194,83  
6. Taxa de Administração (27,44%) ..... R\$ 53.287,06

**7. PREÇO BÁSICO MENSAL (5 + 6) ..... R\$ 247.481,89**

**8. Despesas com 13º salário ..... R\$ 105.266,12**  
[Salários (7/12) + 16,02% + T. Adm]

**9. TOTAL DO PERÍODO ..... R\$ 1.837.639,35**  
[item 7 X 7 + item 8]

**13. PREÇO GLOBAL ANUAL ..... R\$ 3.139.647,75**

Somatório dos seguintes valores:

Item 9 (a) ..... R\$ 1.275.605,43  
Item 9 (b) ..... R\$ 1.837.639,35  
Sistema de Registro Eletrônico de Ponto ..... R\$ 1.616,19  
Serviços Extraordinários ..... R\$ 24.786,78



## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de R\$ 156.982,39 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, de acordo com o artigo 56 da LEI, correspondente ao artigo 93 do REGULAMENTO, observado, ainda, o disposto no Título 6 do Anexo n. 3 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A garantia deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas à CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATADA decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

Parágrafo segundo – A garantia será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato e só poderá ser levantada ao final da vigência contratual.

Parágrafo terceiro – Também poderá ser considerada como a data do protocolo de entrega, a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Parágrafo quarto – A garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual.

Parágrafo quinto – A falta de prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o EDITAL, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do valor estipulado para a garantia, por dia de atraso, a ser aplicada do 16º ao 60º dia, sem prejuízo do parágrafo sétimo.

Parágrafo sexto – A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da assinatura do contrato, ensejará a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar na suspensão temporária de participação em licitação e no impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, ainda, a rescisão unilateral do contrato por inexecução da obrigação e a aplicação da multa prevista no parágrafo quinto desta Cláusula.

Parágrafo sétimo – Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção, até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.

Parágrafo oitavo – No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital e no REGULAMENTO.

“ .....

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 6 (seis) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, de de 2016.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Romulo de Sousa Mesquita  
Diretor-Geral  
CPF n. 443.493.351-53

José Geraldo Gonçalves  
Procurador  
CPF n. 443.836.811-15

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

CCONT/FP

2) \_\_\_\_\_